

“Apoio através da caridade pode afetar a dignidade das pessoas”

Raymond Torres, da OIT, avalia Portugal. Diz que o apoio social é um investimento e até é bom para a competitividade do país

Texto: Luís Reis Ribeiro



“Quando se retiram direitos sociais, normalmente é para sempre”

—Raymond Torres

Diretor da área de Investigação da OIT

Fornado pela Universidade de Paris I, Raymond Torres conhece bem Portugal. Especialista em mercado de trabalho e sistemas de proteção social, colabora com o instituto alemão IZA e é professor na Universidade de Paris-Dauphine. Foi chefe da divisão de Emprego da OCDE. Hoje é o economista chefe da OIT. Entrevista exclusiva quando passou por Lisboa, a 18 de junho, para participar na conferência sobre Estado e terceiro sector, a convite do Centro de Estudos Sociais, de Manuel Carvalho da Silva.

A conversa começa, justamente, sobre o que fazer à proteção social. É um custo ou é um investimento. Torres está contra mais cortes e explica porquê. “Há um movimento global a favor de uma maior proteção social, estou a pensar nos países emergentes, Brasil, China, que têm tido grandes iniciativas nesse campo. A exceção é a Europa, em particular os países mais frágeis.”

Na Europa há “a perceção de que a proteção social é má para a competitividade” e que é incompatível com a crise, especialmente a crise orçamental. “Não é correto. Dizer que a proteção social é má para a competitividade parte da ideia de que a proteção faz que as pessoas trabalhem menos porque têm um rendimento alternativo. Baseia-se na perceção de que a proteção é cara e, portanto, agrava os custos do trabalho, de que dificulta o crescimento. A evidência que temos é que a proteção social, se bem desenhada e direcionada, pode incentivar o emprego. Se bem concebida, é um elemento positivo na competitividade.”

Exemplos bons não faltam. “Na Holanda, nos países nórdicos, temos uma proteção social relativamente extensa e são economias competitivas. A proteção social ajuda a ajustar em caso de choque.” Essa capacidade faz parte “da própria definição de competitividade”. Também “facilita a coesão social porque redistribui os benefícios do crescimento ou os custos do ajustamento, quando há uma recessão”.

“E tem um efeito positivo na participação no mercado de trabalho”. Por exemplo? “Políticas que apoiem o papel das mulheres, políticas amigas das famílias” ou que “apoiem os jovens na transição da escola para o mercado de trabalho”.

A maioria PSD/CDS, que suporta o governo, tem agora uma iniciativa de apoio à natalidade. O que pensa disso? “É sempre uma boa ideia facilitar a combinação de trabalho com família, mas há coisas mais importantes do que incentivos. A existência de equipamentos para as crianças é o mais importante, de acordo com a evidência que temos.”

E rapidamente se chega à questão da delegação crescente de competências (*outsourcing*) das funções da Segurança Social pública para o sector social, mais privado ou dependente da Igreja, via IPSS e misericórdias. “Não devemos olhar para o terceiro sector [sector social] como um substituto para a proteção social a sério, incluindo as políticas amigas das famílias”, começa por afirmar. Razão? “Porque, por definição, é mais provável que leve a resultados injustos. Nem todas a gente tem dinheiro para pagar os serviços do terceiro sector, mesmo quando este se apoia em voluntariado ou em trabalho muito barato ou até gratuito. As melhores oportunidades continuam a estar nos serviços públicos”, acredita.

“Não digo que esteja a acontecer em Portugal, mas existe um risco perverso, algo que costuma acontecer, que é o Estado a sair de funções que são suas e devem ser suas. É importante que o terceiro sector não seja um substituto das políticas do governo, mas antes um complemento. Por exemplo, na Holanda, o apoio às pessoas que procuram trabalho inclui o terceiro sector, como organizações não governamentais. Não como substitutos dos serviços de emprego, mas como entidades que ajudam o governo a cumprir o seu mandato, com financiamento público.”

Depois recorda que “há muito tempo, quando o governo estava

muito limitado, o terceiro sector estava muito presente através de misericórdias e redes semelhantes de apoio aos pobres. Mas esse não é claramente o tipo de sistema que queremos para o modelo moderno de proteção social”, assegura.

“Existe uma grande vantagem de serviços providenciados pelo sector público. Dá dignidade às próprias pessoas, que não ficam dependentes da caridade e da provisão direta. Estamos a falar de um aspeto fundamental: de como as pessoas que beneficiam vão percecionar esse serviço e o apoio. Os serviços públicos são muito importantes porque dão escolha e dignidade às pessoas em questão.” Conclusão: “O apoio social demasiado baseado em caridade afeta a dignidade das pessoas.”

Infelizmente, “nos países em consolidação ou crise orçamental esses argumentos em prol da proteção social pública têm sido enfraquecidos”.

“É compreensível que em situações extremas possa haver partilha de custos e de alguns benefícios, tem de haver limites. A partilha do custo nunca deve ser com os mais desfavorecidos. Todos os beneficiários de pensões mínimas ou famílias monoparentais devem ficar claramente fora desse esforço. Não devem ser os alvos dos cortes.”

Além disso, “a política fiscal tem aqui um papel. As reduções na proteção devem ser atenuadas pela política dos impostos. Devemos encontrar forma de taxar os rendimentos elevados para financiar programas de emergência”.

E um aviso final: “Devemos ver os ajustamentos como algo temporário e não uma forma de retirar direitos sociais. Quando aceitamos ver isto como cortes de direitos, normalmente deixa de ser uma exceção, é algo que vai perpetuar-se para sempre.”

PONTO FINAL Um sistema controlado pelas misericórdias “não é claramente” o modelo de proteção social desejado pela OIT.

“Portugal tem margem para aumentar o salário mínimo em 1% ou 2%”

SMN deve subir, mas em linha com a produtividade. E concorda com a nova via para despedir proposta por economistas do PS

Houve poucos ou nenhuns tabus na entrevista a não ser a crise da Grécia. “Há turbulência na Europa, associada aos eventos gregos, e não gostaria de dizer mais sobre a Grécia do que isto, mas devemos ter em mente que hoje existe uma política europeia a sério para ultrapassar as crises”, sustenta o economista.

Se é verdade que “alguns países como Portugal tiveram de reagir com ajustamentos duros porque na altura a margem política era realmente limitada”, hoje “Portugal tem alguma margem política para não cortar direitos e até para subir o salário mínimo em linha com a produtividade”.

O FMI duvida que haja margem... “Sabemos que as críticas existem, mas nas mais recentes análises sobre Portugal vemos alguma margem

para incrementar a procura interna e evitar um novo declínio da economia. Este virá se os salários voltarem a cair como nos últimos anos.”

E aumentar quanto o SMN? “Diria que entre 1% e 2%, em termos reais, não seria prejudicial para a economia e sinalizaria uma inversão da tendência. Como a inflação é quase em zero, esses aumentos seriam praticamente nominais.”

Reconhece que Portugal tomou medidas boas “como a garantia jovem”, mas outras “ficaram muito constrangidas por causa do programa da *troika*”. E está confiante de que “o plano Juncker de investimento para a Europa, se bem feito, pode promover bastante o crescimento e o emprego na Europa, especialmente em países como Portugal”.

Raymond Torres vê ainda um papel decisivo para o mercado de trabalho na resolução da crise. “A política laboral mais eficaz pode ser aquela que ajuda a reter empregos nas empresas que são viáveis, que podem até ter problemas de liquidez, mas são solventes.”

Mais do que “alterar os vínculos laborais, as regras da contratação”, é preciso é “melhorar a segurança jurídica dos contratos”. E o que dizer das propostas do PS? “Li o relatório do Mário Centeno. Não devo fazer juízos porque não estou dentro dos detalhes, mas penso que é boa ideia tomar as compensações por despedimento e os processos mais previsíveis, para trabalhadores e empregadores. Ninguem tem a ganhar com processos complicados e imprevisíveis.”